


QUANDO COMEÇA A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA?: UM OLHAR A PARTIR DOS PROGRAMAS ESTADUNIDENSES DE AUXÍLIO TÉCNICO

When does the Cold War in Latin America start?: a glance from US technical assistance programs

Natália Abreu Damasceno^a

 <https://orcid.org/0000-0003-0808-5953>

E-mail: abreunatalia00@gmail.com

^a Universidade Federal de Sergipe,
Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de História,
São Cristóvão, SE, Brasil.

RESUMO

Este artigo discute e problematiza marcadores convencionalmente utilizados para definir o início da Guerra Fria na América Latina. Partindo de uma noção ampliada de Guerra Fria global, sustentada por autores como Westad (2005) e Pettina (2018), nossa perspectiva busca extrapolar a compreensão de grandes eventos político-militares como marcos definitivos da contenda global entre capitalismo e comunismo. Conforme constatado em revisão bibliográfica e na análise de fontes sobre os programas de cooperação técnica dos Estados Unidos para repúblicas latino-americanas, a noção de que a Guerra Fria chegou de fato ao hemisfério por ocasião da Revolução Cubana em 1959 ou mesmo após a participação dos EUA no golpe da Guatemala em 1954 se mostra insuficiente. Ao deslocarmos as lentes interpretativas de perspectivas históricas episódicas, é possível compreender como as pressões e tensões da Guerra Fria operaram em uma diversidade de fronts, muitos deles silenciosos, desestabilizando e direcionando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais na América Latina como parte de uma longa trajetória de consolidação da hegemonia estadunidense na região. No presente exercício de análise, observamos esse fenômeno principalmente a partir de programas de auxílio técnico dos EUA em países latino-americanos, explicitando a forma pelas quais tais iniciativas ensejaram o favorecimento do capital privado estadunidense e o alinhamento do hemisfério aos desígnios anticomunistas de Washington.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria. América Latina. Auxílio técnico.

ABSTRACT

This article discusses and calls into question conventional milestones of the beginning of the Cold War in Latin America. In accordance with a broader notion of Global Cold War, as stated by Westad (2005) and Pettinà (2018), our perspective seeks to overcome the understanding of political and military great events as definitive references of the global struggle between capitalism and communism. Bibliographic review and the analysis of documents concerning US technical assistance programs for Latin American republics show that the idea that the Cold War arrived to the hemisphere after the Cuban Revolution in 1959 or after the United States involvement in the 1954 Guatemalan coup is inconsistent. By displacing interpretative lens away from episodic historical perspectives, it becomes possible to comprehend how Cold War pressures and tensions operated in several fronts, destabilizing and channeling political, economic, social and cultural aspects in Latin America as part of long process of US regional hegemony consolidation. In this present analysis, we observed the noted phenomenon through the investigation of United States technical assistance programs to Latin American countries, highlighting the ways they favoured US private capital and ideological and economic alignment to Washington's anticommunist interests.

KEYWORDS: Cold War. Latin America. Technical Assistance.

No livro *The Global Cold War*, Odd Arn Westad (2005), um dos maiores especialistas do mundo em Guerra Fria, trouxe para debate uma noção mais plural deste fenômeno que marcou a história do século XX. Na visão de Westad, a Guerra Fria vai muito além das façanhas perpetradas pelos Estados Unidos e pela URSS motivadas pela rivalidade econômica, militar e ideológica. Segundo ele, a Guerra Fria entrelaçou histórias de países diversos e múltiplos processos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos, intelectuais, militares e políticos. Ao compreendermos a Guerra Fria mais como um amplo sistema de relações que marcou a reestruturação do cenário internacional no pós-Segunda Guerra Mundial e menos como apenas um conjunto de “guerras por procuração” coordenado por superpotências rivais, abrimos a possibilidade de conceber uma diversidade de fronts na qual projetos de sociedade foram disputados. Nessa perspectiva, demarcar o início da Guerra Fria no Brasil, e num sentido mais amplo, na América Latina torna-se uma questão complexa que carece de consenso historiográfico.

Neste texto, partimos dessa noção ampliada sustentada por Westad para levantar uma discussão a respeito de possíveis marcos e processos que definem a entrada da América Latina na Guerra Fria. Propomos uma perspectiva que extrapola a apreciação de grandes eventos político-militares comumente elencados como referências importantes da participação latino-americana no conflito global entre capitalismo e comunismo.

Seguindo as elaborações de Vanni Pettinà (2018), especialista em História Internacional da América Latina, nossa investigação se empenhou em deslocar a perspectiva de uma história episódica, que prioriza a análise de momentos de crise no hemisfério, a fim de dedicar-nos à construção de chaves interpretativas que ajudem a explicar os processos pelos quais passavam as repúblicas latino-americanas sob as pressões desestabilizadoras da Guerra Fria. Para tanto, convidamos os leitores e leitoras a se debruçarem sobre um exercício de análise que privilegia um front silencioso e duradouro da Guerra Fria na América Latina: os programas estadunidenses de auxílio técnico destinados aos países latino-americanos.

Na condição de tópico relevante em conferências interamericanas desde o início dos anos de 1940, a assistência técnica dos EUA para a América Latina foi iniciada em 1942 sob regime emergencial e formalizada como política de Estado em 1949. Conforme evidenciam as fontes de nossa pesquisa, tais programas de auxílio instigaram tensões sem rupturas ruidosas. Ao mesmo tempo, ao longo de sua existência, o empreendimento

da assistência técnica estreitou a dependência latino-americana com relação aos Estados Unidos, amarrando grande parte da trajetória do desenvolvimento do subcontinente aos desígnios anticomunistas de Washington e do capital privado estadunidense.

Considerando que as intervenções e os intercâmbios educacionais sancionados pela assistência técnica criaram ou reforçaram vínculos regionais ligados ao conhecimento e à construção de projetos ideais de futuro, a investigação dos programas de auxílio técnico nos permite acessar uma dimensão multifacetada da Guerra Fria no hemisfério. Ela conecta propósitos materiais concretos de Washington, - como o acesso irrestrito aos mercados, às matérias-primas estratégicas e o “fechamento” das economias e da segurança regional em “laços especiais” com os Estados Unidos (Gilderhus, 2000) - a objetivos mais simbólicos - como a “atração das elites, a erosão do antiamericanismo e a mudança da imagem estadunidense” nos países latino-americanos (Tristan, 2012, p. 63).

Na arena da assistência técnica, torna-se patente que as políticas dos EUA direcionadas a seus vizinhos continentais ao Sul foram conduzidas como investidas interessadas em “moldar a longo prazo os comportamentos políticos, econômicos, sociais e culturais, para evitar que [os países latino-americanos] se convertessem em um outro indesejado” (Vargas, 2012, p. 67). Assim, buscamos observar o sentido político subjacente a projetos de intervenção técnica que compreendiam desde a introdução de técnicas de plantio em zonas rurais da região, a oferta de cursos profissionalizantes destinados à força de trabalho latino-americana, até a implantação de medidas de combate a epidemias. Essa, na perspectiva desse trabalho, é uma chave interpretativa relevante para compreender as especificidades da Guerra Fria no hemisfério.

Isto posto, a fim de acompanharmos com mais precisão o debate estadunidense que situa a assistência técnica como um pilar estratégico da Guerra Fria em países latino-americanos, concentramos a nossa investigação no Ponto IV, um programa lançado pelo presidente Harry Truman em 1949, destinado ao então chamado “Terceiro Mundo”, que sistematizou e viabilizou vários projetos de auxílio técnico em países latino-americanos. As fontes que ampararam nosso estudo foram sobretudo atas de discussões no Congresso dos EUA sobre auxílio técnico; memorandos trocados no âmbito do Departamento de Estado e relatórios produzidos pelas agências ligadas ao Ponto IV.

Assim, nas páginas a seguir, realizaremos um levantamento conciso de algumas interpretações difundidas por uma historiografia mais ortodoxa a respeito do início da Guerra Fria na América Latina. Subsequentemente, acompanhando as tendências de

abordagens historiográficas mais porosas aos aspectos culturais da Guerra Fria, exploraremos a hipótese de que os ventos da rivalidade global entre capitalismo e comunismo sopraram de maneira significativa na região tão logo iniciativas sistemáticas de intervenção, a exemplo dos programas de auxílio técnico, visaram influenciar processos endógenos de desenvolvimento econômico, intelectual, político, social e assim por diante. Para tanto, articularemos a relação entre os interesses econômicos e de segurança nacional dos Estados Unidos e a condução e o caráter pedagógico do programa Ponto IV nos países latino-americanos.

Antes de iniciarmos a discussão sobre de que maneira podemos pensar a chegada da Guerra Fria à América Latina a partir dos programas de auxílio técnico, julgamos necessário fazer uma breve digressão. Afinal, é preciso estabelecer critérios ao abordar em poucas páginas uma região composta por países, sociedades e contextos políticos e culturais tão diversos. A que exatamente nos remetemos ao tratar de América Latina?

Ao abordarmos a América Latina, não buscamos dar conta das tensões, desafios, demandas e realidades de cada um dos países latino-americanos no contexto da execução dos programas de auxílio técnico. Fosse este o caso, seria necessária uma investigação de grandes proporções que provavelmente nos levaria a uma diversidade de variáveis e marcos temporais possíveis de serem apontados. De maneira mais simples, trabalhamos com a noção de América Latina ligada às abstrações imaginadas por *policymakers*, *experts*, técnicos, oficiais do governo, empresários e demais agentes estadunidenses que diagnosticaram, discutiram e propuseram soluções para o “subdesenvolvimento” de seus vizinhos continentais ao Sul. Portanto, neste caso, a pergunta pertinente a ser feita é: sob quais concepções compartilhadas a respeito do hemisfério se sustentou o empreendimento da assistência técnica como uma estratégia regional de Guerra Fria?

A leitura de relatórios do *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA), agência responsável pelo Ponto IV na América Latina, indica que a elaboração do programa para a região foi pautada numa ideia abstrata que pouco considerou as especificidades de cada país latino-americano. Ainda que alguns relatórios indiquem que havia certa consciência da importância de reputar as particularidades de cada república contemplada pelo Ponto IV, predominou uma noção de América Latina como referência genérica ligada a estereótipos e a pressuposições tendenciosas e redutoras diante das realidades locais.

No livro *Latin America: The allure and power of an idea*, Mauricio Tenorio-Trillo (2017) explica que o termo “América Latina” nunca designou uma realidade geográfica e historicamente tangível e sequer esteve calcado em algum arcabouço conceitual ou empírico rigoroso. Desde sua origem, nos anos de 1850, o termo América Latina sempre se referiu a uma ideia genérica utilizada em narrativas que buscavam explicar as realidades da região. No pós-Segunda Guerra Mundial, período que nos interessa particularmente, a ideia de América Latina se tornou, especialmente aos olhos dos EUA, um conceito no qual os métodos de engenharia social alicerçados em correntes hegemônicas das ciências sociais à época deveriam ser aplicados para empreender um modelo específico de desenvolvimento na região.

Tenorio-Trillo entende que essa foi uma construção histórica que, desde os primórdios da fundação do sistema interamericano - partindo da União Internacional das Repúblicas Americanas (1890) até chegar à Organização dos Estados Americanos (OEA), estabelecida em 1948 -, buscou agrupar países vistos como predominantemente católicos, atrasados, tradicionalistas, patrimonialistas, violentos e instáveis sob uma unidade hemisférica comandada pelos Estados Unidos. Dessa maneira, a América Latina era vista como uma espécie de “versão alternativa” dos EUA ligada à potência americana na condição de margem que amparava a sua posição de centro de poder no continente. Nessa perspectiva, os latino-americanos eram americanos de “segunda classe”, aos quais faltava tecnologia, ciência, sofisticação e dignidade (Tenorio-Trillo, 2017).

Portanto, a América Latina dos documentos ligados ao Ponto IV dificilmente diz respeito a um lugar real, mas se assemelha ao conceito científico de *Latin America* afeiçoado pela consolidação do campo dos *Latin American Studies* nas instituições de pesquisa e nas universidades estadunidenses. Segundo João Feres Júnior (2023), tal conceito dialoga com o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando as ciências sociais “behavioralistas” apresentavam uma irônica combinação entre uma pretensão de neutralismo científico e um envolvimento cada vez maior com programas governamentais e com os processos de *policymaking*. Desse modo, atrelada às demandas da política externa dos EUA durante a Guerra Fria, a concepção de América Latina aos olhos da maioria dos estadunidenses ligados aos programas de auxílio técnico dizia respeito a uma alteridade genérica, cujos componentes raciais, socioeconômicos e comportamentais eram compreendidos em oposição hierarquizada a uma identidade idealizada dos Estados Unidos. A América Latina era, a um só tempo, um lugar de amplas reservas de

recursos naturais exploráveis, de vastos territórios para plantio, de experimentações de métodos e políticas voltadas à modernização, e de uma população miserável, retrógrada, não-branca e majoritariamente jovem que, caso devidamente treinada, alimentada e medicada, se constituiria numa mão-de-obra barata e mais facilmente explorada (Mignolo, 2005; Feres Júnior, 2023).

Isto posto, voltemos à questão dos marcos temporais para a entrada da América Latina na Guerra Fria.

A chegada da Guerra Fria na América Latina: uma breve incursão no debate historiográfico

Nos estudos mais tradicionais ou em abordagens de síntese que privilegiam os grandes acontecimentos da Guerra Fria, o conflito parece chegar à América Latina apenas a partir de 1959, com a Revolução Cubana. Em alguns casos, o golpe de Estado na Guatemala, orquestrado pela CIA em 1954, é também destacado como um evento relevante e como o derradeiro fim da Política da Boa Vizinhança (Smith, 2005). De maneira semelhante, sob o viés de análise de Tácito Rolim (2012), centrado numa interpretação militar da Guerra Fria que situa as armas termonucleares como componentes centrais da sua investigação, a América Latina só seria inserida no conflito global após a Crise dos Mísseis (1962).

Assim, é possível observar que a periodização da Guerra Fria na América Latina é relativamente flexível e está condicionada ao tipo de abordagem do estudo realizado. Westad (2005), por exemplo, pensa a Guerra Fria no “Terceiro Mundo” a partir das “intervenções” das superpotências. Isto é, ele demarca a participação na Guerra Fria a partir de esforços orquestrados pelo governo de um país para determinar a direção política de outro. Por isso, ainda que o autor contextualize e defenda que as intervenções dos EUA na América Latina foram muito anteriores ao período da Guerra Fria, os anos imediatamente após 1945 são interpretados como uma espécie de acúmulo de tensões que eclode no golpe da Guatemala, em 1954, visto pelo autor como a primeira grande intervenção no subcontinente durante o período que se convencionou chamar de Guerra Fria.

Em obras dedicadas a pensar de maneira integrada as dimensões globais, regionais e nacionais da Guerra Fria, como é o caso de *Beyond the Eagle's Shadow* (Garrard-Burnett *et al.*, 2013) e de *Latin America's Cold War* (Brands, 2010), há certo

alinhamento com a cronologia mais convencional do evento (1947-1991). Porém, há uma ênfase desproporcional nos acontecimentos ocorridos a partir da década de 1960, dando a impressão de que os anos anteriores foram uma espécie de antessala da Guerra Fria na América Latina.

De forma distinta, ao abordar a repressão ao comunismo no Brasil no imediato pós-guerra, Sidnei J. Munhoz e Francisco C. T. Silva (2010) atrela o cenário político do governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950) ao contexto internacional de gênese da Guerra Fria. Ao coadunar a configuração política e o recrudescimento do conservadorismo das elites brasileiras com o reordenamento mundial do imediato pós-Segunda Guerra, Munhoz e Silva sinalizam uma temporalidade da Guerra Fria que não privilegia grandes eventos globais, mas que tem como ponto de partida processos endógenos brasileiros atrelados a um contexto geopolítico mais amplo. Ou seja, na perspectiva de Munhoz e Silva (2010), a atuação das elites conservadoras brasileiras operando tensões globais da Guerra Fria em favor de seu projeto político e de seus interesses domésticos de manutenção do *status quo*, já estava em curso no imediato pós-guerra.

Os estudos sobre a Guerra Fria no Brasil ganharam importantes contribuições a partir de um conjunto de pesquisas produzidas nas décadas de 2010 e 2020 que contempla uma diversidade de agentes diretos e indiretos da política internacional, como instituições multilaterais, fundações filantrópicas, o mercado editorial, a imprensa e os intelectuais. O trabalho de Elizabeth Cancelli, Wanderson Chaves e Gustavo Mesquita (2020), por exemplo, sinaliza que desde os anos de 1940 há um relevante impacto do contexto geopolítico global da Guerra Fria no Brasil, particularmente nas ciências sociais brasileiras e na agenda racial, condicionado por intervenções da Unesco e da Fundação Ford na circulação e produção intelectual nacional. Pesquisas como a de Júlio Cattai (2011), na área da História, e a de Fernando Santomauro (2015), no campo das Relações Internacionais, indicam a presença da Guerra Fria no Brasil pelo menos desde 1953, com a atuação da *United States Information Agency* (USIA).

A produção de Claiton Márcio da Silva (2013), que se debruça sobre a cooperação técnica Brasil-EUA por meio do *American International Association for Social and Economic Development* (AIA) de Nelson Rockefeller, apesar de não trazer explicitamente um debate sobre a Guerra Fria, oportuniza o entendimento de um envolvimento brasileiro nesse conjunto de relações geopolíticas globais por meio de intervenções sistemáticas observadas nos intercâmbios entre “intelectuais, empresários e agentes governamentais

norte-americanos” e “elites políticas, empresários e produtores rurais no Brasil” já em meados dos anos de 1940 (Silva, 2013, p.1696)¹.

Voltando a trabalhos que abarcam a América Latina de maneira geral, outro exemplo interessante de abordagem da Guerra Fria na região é o trabalho de Hector J. Maymí-Sugrañes (2017) sobre a intervenção estadunidense nas livrarias latino-americanas sob os programas Ponto IV e Aliança para o Progresso. Em seu trabalho, Maymí-Sugrañes (2017) explora uma dimensão ideológica da Guerra Fria, na qual a capacitação técnica e o direcionamento do modelo de desenvolvimento do hemisfério por meio do acesso ao conhecimento são entendidos como esforços coordenados pelo governo dos Estados Unidos e movidos pela noção de segurança nacional própria da contingência do conflito global. Utilizando como marco o momento em que a assistência estrangeira foi declaradamente considerada uma medida de segurança, isto é, o anúncio da Doutrina Truman (1947), a cronologia do trabalho deste autor também se encontra alinhada com os marcos temporais mais convencionais da historiografia da Guerra Fria.

Em paralelo, autores adeptos de uma perspectiva cultural de influência gramsciana, a exemplo dos reunidos no livro *Close Encounters of Empire* (Joseph et al., 1998), tendem a diluir a história da Guerra Fria nos países latino-americanos em um processo mais longo e plural de construção e consolidação da hegemonia estadunidense na região. Nessa perspectiva, a Guerra Fria é entendida como uma expressão conjuntural, cujo arranjo internacional trouxe novas justificativas para antigas práticas, discursos e disputas por poder entre países latino-americanos e os Estados Unidos. Isto é, para autores que privilegiam a dimensão cultural, a Guerra Fria na América Latina trouxe a diversificação de uma agenda intervencionista estadunidense mais ou menos familiar.

Diante desse debate, em busca de uma demarcação cronológica crítica, Pettinà (2018) sustenta que para delinear uma cronologia da Guerra Fria na América Latina, é preciso compreender quais são os processos que a definem. Ora, se as intervenções estadunidenses, os acordos de cooperação técnica, o anticomunismo e mesmo os laços culturais de alinhamento com o *American way* no hemisfério foram anteriores ao pós-guerra e à configuração de uma lógica bipolar no cenário internacional, o que define a Guerra Fria na América Latina?

¹ Inderjeet Parmar (2012) possui um estudo aprofundado a respeito da socialização de elites domésticas e internacionais a partir da atuação de fundações filantrópicas com vistas a consolidar a hegemonia global dos Estados Unidos.

Pettinà (2018, p. 34, tradução nossa) explica tal questão esboçando uma linha de raciocínio que parte da premissa de que “A Guerra Fria foi, para dizer de maneira sintética, uma confrontação ideológica entre duas visões de modernidade em competição, a socialista e a capitalista.”, e “no plano ideológico, esta contraposição já existia desde a primeira metade do século XX.”. Todavia, o autor não desconsidera as singularidades desta disputa no período da Guerra Fria na América Latina, pois entende que foi apenas no pós-guerra que “ambas [as] visões contaram com as bases materiais adequadas para adquirir atrativos e capacidades operativas globais.” e de intervenção mais sistemática no hemisfério. Para ele,

O triunfo da URSS nos campos de batalha europeus outorgou à opção socialista, em sua vertente soviética, a força política, econômica e ideal necessária para projetar-se externamente com eficácia e para apresentar-se como uma forma realmente competitiva de modernidade antagônica à capitalista. Estas considerações valem também para explicar a capacidade estadunidense de projetar em escala global, e de forma tão atrativa, sua própria visão de mundo depois de 1945. Foram as consequências políticas e econômicas desta guerra que permitiram a Washington acumular um poderio econômico e militar que conferiu uma forte legitimidade à sua interpretação da modernidade (Pettinà, 2018, p. 34, tradução nossa).

Nesse sentido, entendemos que a Guerra Fria na América Latina não começou com a Revolução Cubana, com a Crise dos Mísseis e tampouco com o golpe na Guatemala. Aliás, conforme destacam Benedetta Calandra e Marina Franco (2012), ela sequer possui data de início ou ponto de partida ancorado em eventos políticos precisos. A Guerra Fria no subcontinente esteve atrelada a processos políticos, mas também econômicos e culturais de longo prazo que compõem a história das relações interamericanas. Por isso, não se tratou de uma transferência da lógica e dos esquemas do conflito internacional ao hemisfério. É possível afirmar que houve, em certa medida, uma continuidade renovada de antigas políticas intervencionistas de Washington na região (Calandra & Franco, 2012), ou, mais especificamente, uma atualização da Doutrina Monroe. Entretanto, a já estabelecida tutela dos Estados Unidos sobre a América Latina passou a se consolidar, a partir da segunda metade do século XX, ante um “sistema internacional caracterizado por regras precisas de funcionamento e capaz de fornecer recursos, incentivos e castigos [...]” em maior escala e sob um verniz tecnocrático, que

condicionou “a capacidade de ação de atores nacionais, subnacionais e transnacionais.” mediante promessas de segurança e desenvolvimento (Pettiná, 2018, p. 35, tradução nossa).

Um olhar histórico sobre o panamericanismo endossa essa perspectiva e revela a permanência de posturas intervencionistas de Washington sobre seus vizinhos latino-americanos que não foram totalmente abaladas nem pela Política da Boa Vizinhança, nem pela Guerra Fria. Clodoaldo Bueno (2003, p. 3) explicita que desde o século XIX a América Latina é vista pelos “norte-americanos como uma área naturalmente destinada à expansão econômica do seu país, tanto por razões geográficas quanto históricas [...]”. Desse modo, podemos dizer que a noção de esfera de influência, amplamente difundida e alvo de disputas no desfecho da Segunda Guerra Mundial, não era uma novidade na dinâmica das relações de países latino-americanos com os Estados Unidos, uma vez que as repúblicas ao sul do Rio Grande já eram há muito tempo concebidas como “zonas naturais de expansão” ou, simplesmente, como esfera de influência estadunidense.

De acordo com Gerson Moura (2012), sob a retórica da solidariedade continental, o panamericanismo reafirmou repetidamente a ideia de que a América Latina deveria permanecer como área de influência exclusiva dos EUA. Além disso, embora a América Central tivesse vivido décadas de intervenções militares estadunidenses - inclusive com a Nicarágua ocupada por tropas dos EUA até 1933 -, nos anos iniciais da Guerra Fria, a maior parte dos países latino-americanos já havia experimentado formas de intervenção em assuntos domésticos por meio da penetração cultural e do financiamento de projetos de assistência, como foi o caso do fluxo de dólares para Cuba e para o México durante os anos da Segunda Guerra (Schoultz, 2018).

Nos tempos da guerra contra o Eixo, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*² compreendia a educação, a ‘propaganda visual’ e a difusão de referências culturais como partes de um projeto civilizatório dos Estados Unidos (Valim, 2017). Ou seja, os principais mecanismos de projeção de poder global empreendidos pelos EUA na segunda metade dos anos de 1940, a exemplo tanto do uso extensivo dos meios de comunicação para a promoção do *American way* contra o comunismo quanto dos empréstimos para impulsionar a exportação de produtos estadunidenses e a produção agrícola e mineral em países periféricos também não eram novidade na América Latina da Guerra Fria.

² Doravante referido como Office.

Nesse sentido, para o historiador Melvyn Leffler e David Painter (1994, p. 22, tradução nossa), no caso da América Latina, as investidas estadunidenses de auxílio técnico guiadas por demandas econômicas e de segurança “não era[m] um resultado do deterioramento das relações Soviético-Americanas”, como foi o caso em grande parte dos demais países do “Terceiro Mundo”, “mas uma evolução natural da Doutrina Monroe”. Ou seja, os esforços para a cooperação técnica com a América Latina eram a continuação de um plano “para a preservação e fortalecimento da solidariedade hemisférica depois da guerra” (Bethell & Roxborough, 1991, p. 307, tradução nossa).

Greg Grandin (2004) sustenta que para se estabelecer o início da Guerra Fria na América Latina é preciso considerar o contexto de erosão das democracias estabelecidas na região no imediato pós-guerra (1945-1946) e o subsequente avanço de forças repressivas, golpes de Estado e guinadas conservadoras que abalou a força política de movimentos sociais e sindicais. Em paralelo, a efervescência das demandas por reformas, industrialização e desenvolvimento também são fatores decisivos a serem analisados. Para Grandin (2004, p. 7-8, tradução nossa), desesperadas para atraírem investimentos dos Estados Unidos, as elites domésticas cederam ou ofereceram pouca resistência a objetivos básicos da política externa de Guerra Fria de Washington: “conter a difusão do comunismo e não apenas fazer avançar o capitalismo, mas garantir a dominação dos EUA naquele sistema”. Dessa maneira, as pressões diplomáticas estadunidenses para repressões domésticas ao comunismo, ao nacionalismo e ao reformismo; o fortalecimento das forças de segurança dos países latino-americanos mediante o apoio técnico e financeiro dos EUA; e a implementação mais efetiva da cartilha liberal de desenvolvimento, com as novas referências de consumo, de liberdade, de trabalho e de democracia, são marcadores da Guerra Fria na região que remontam ao final dos anos de 1940.

Nesse sentido, é necessário reconhecer a importância dos conflitos Norte-Sul por projetos de desenvolvimento e modernização. Conforme defende Connelly (2000), tanto na América Latina como em outras regiões do chamado “Terceiro Mundo”, nem toda movimentação dos EUA era exclusivamente motivada pela Guerra Fria ou pelos embates com a URSS. Não raro, havia uma sobreposição dos interesses estratégicos de Washington durante a Guerra Fria em relação a antigos anseios civilizatórios, interesses de expansão do capitalismo e ao desafio que as condições dos países periféricos representavam ao modelo de desenvolvimento capitalista liberal.

Analisando relatórios da CIA do final dos anos de 1940, Luiz Fernando Ayerbe afirma que:

A preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina no início da Guerra Fria se concentra especialmente nas posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizam uma perspectiva eqüidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional. A maior preocupação é com a disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas possa ser decisiva (Ayerbe, 2002, p. 81).

Desse modo, o propósito dos programas de assistência técnica para a América Latina no pós-guerra estava atrelado ao combate a condições adversas ou “ideias antiamericanas” que fossem empecilhos para a entrada de capital estadunidense – sobretudo o capital privado -, e ao enfrentamento de obstáculos para os planos de Washington de segurança hemisférica – notadamente as convulsões sociais por reformas ou políticas nacionalistas e à esquerda (Bethell & Roxborough, 1991). Assim, podemos dizer que em meio a um contexto de profundas demandas no orçamento do governo dos EUA, com a reconstrução da Europa e o aparelhamento das chamadas “zonas de risco” da Guerra Fria, a cooperação técnica se estabeleceu como uma forma barata e eficaz de manutenção da tutela de Washington sobre a América Latina. Entretanto, conforme veremos a seguir, apesar de atender a anseios regionais antigos dos Estados Unidos para o subcontinente, o empreendimento do auxílio técnico estadunidense para a região também dialogou e se ajustou às especificidades das demandas da Guerra Fria.

A assistência técnica como um legado da Segunda Guerra Mundial

Em 1952, o jornalista John W. White escreveu, após uma viagem à América do Sul, que “graças a um programa surpreendentemente barato dos Estados Unidos”, um centavo de dólar de cada um dos pagadores de impostos estadunidenses contribuía para acelerar a conquista da paz mundial melhorando a saúde e a vida de vários latino-americanos (White, 1952, p. 3, tradução nossa). Em sua reportagem, republicada em

brochura informativa do *Institute of Inter-American Affairs* e repleta de fotos de trabalhadores e estudantes felizes, White compartilhava com o grande público dos EUA que por meio dos trabalhos de assistência técnica do IIAA, os “mais pobres, menos saudáveis, mais infelizes, mais ignorantes e negligenciados” estavam sendo convertidos em amigos e seguidores do estilo de vida democrático e capitalista dos Estados Unidos (White, 1952, p. 3, tradução nossa).

O jornalista, que havia passado dez anos como correspondente do *New York Times* na América do Sul, relatava ainda que a assistência, que à época de sua escrita contava com 25 programas em andamento em diversas repúblicas da América Latina, tinha suas raízes nos tempos da Segunda Guerra. Para ele, desde então, o trabalho do IIAA havia sido um sucesso, pois, após dez anos de atuação do *Institute of Inter-American Affairs* as pessoas da região “estão não apenas vivendo diferente, mas elas estão pensando diferente. Elas estão até mesmo mais bonitas, e não só por causa das suas roupas novas.” (White, 1952, p. 4, tradução nossa). Na condição de um observador de longa data, White compreendia o auxílio como uma missão silenciosa e fundante que estava em andamento enquanto a sedução do Kremlin – uma nova variável nesse empreendimento iniciado há anos - avançava aceleradamente.

Embora os primeiros esforços de cooperação técnica oriundos dos Estados Unidos e voltados para a América Latina datem de fins do século XIX e início do XX (Ekbladh, 2010) foi nos anos da Segunda Guerra Mundial, com o Office (1941-1946) que, pela primeira vez, o auxílio técnico à região virou política de governo e que um aparato institucional estatal foi fundado para geri-lo. A criação do Office esteve atrelada às preocupações estadunidenses com o avanço da influência do Eixo no continente americano e à necessidade de compensar a perda dos mercados europeus por meio do aumento do comércio interamericano. Fundado em 1942 como uma agência interna ao Office, o IIAA foi aprovado pelo Congresso e pelo Departamento de Guerra, como um meio de viabilizar a realização de obras públicas na América Latina, como a construção de hospitais, sistema de distribuição de água, de saneamento e assim por diante, a fim de garantir a instalação de bases militares dos Estados Unidos em lugares inóspitos (Erb, 1985).

Atrelado a objetivos pontuais e urgentes da Segunda Guerra Mundial, o IIAA foi fundado meses após o ataque japonês a Pearl Harbor de dezembro de 1941. Na 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas,

ocorrida em janeiro de 1942, o IIAA já havia sido anunciado e, em fevereiro, os primeiros acordos foram firmados com o Equador. Em março, começaram os acordos de cooperação técnica bilateral com o Brasil e, a partir de então, os programas de auxílio técnico se expandiram para os diversos países latino-americanos com o propósito de conduzir medidas sanitárias de controle e prevenção de doenças, construir estradas, aumentar o suprimento de comida e de água, promover programas de educação profissionalizante e ampliar a infraestrutura dos transportes em geral (The Institute, 1949).

Ao fim da guerra, em 1946, o Office foi encerrado mas, o IIAA seguiu existindo. O inimigo não era mais o nazismo e as prioridades dos EUA haviam mudado. Em 1947, o IIAA foi reestruturado e legalmente renovado. O argumento para tal extensão era o de que o IIAA representava “uma implementação bem-sucedida da Política da Boa Vizinhança” que “estava ganhando amigos para os Estados Unidos em toda a América Latina” (Erb, 1985, p. 267, tradução nossa). De fato, todos os governos latino-americanos contemplados com projetos do IIAA solicitaram a continuidade dos seus respectivos acordos bilaterais no pós-guerra.

Uma vez que a estrutura de funcionamento já estava estabelecida desde o Office, estudos e projetos na região seguiam em andamento e laços significativos com elites latino-americanas vinham sendo criados. Não havia motivos concretos para desmobilizar um programa dessa natureza. Em 1949, com o anúncio do Ponto IV, o IIAA ganhou força e foi renovado até 1955. A solução encontrada para ajustá-lo ao novo contexto da Guerra Fria e sua demanda de baixo comprometimento dos capitais públicos estadunidenses para a América Latina, foi torná-lo mais poroso para o capital privado e estabelecer mecanismos que minimizassem o compromisso do governo dos EUA com os projetos de desenvolvimento das repúblicas latino-americanas. Assim, o programa funcionava por meio de iniciativas pontuais e investimentos mínimos, e o seu sucesso dependeria do quanto de capital privado pudesse ser atraído para o país em questão. A partir disso, difundia-se, então, a ideia expressa por White (1952) de que dos cofres públicos bastava sair um centavo de cada pagador de imposto estadunidense para alinhar a América Latina ao ideal de ordem mundial que os Estados Unidos estavam construindo.

Dialogando com essa perspectiva, o programa que em 1949 era apenas o quarto ponto no discurso de Harry Truman rapidamente se espalhou e se tornou alvo de discussões administrativas e políticas. Em tempos em que a China havia sido vitoriosa em sua revolução comunista (1949), a URSS havia explodido sua primeira bomba termonuclear (1949) e a Guerra da Coreia eclodia na Ásia (1950), o Ponto IV foi discutido

no Congresso, no Departamento de Estado, no Departamento de Comércio, no Departamento de Agricultura, no *National Security Council* (NSC), na produção acadêmica hegemônica dos EUA e em redutos do empresariado estadunidense.

A assistência técnica como um pilar da Guerra Fria regional

A contingência da Guerra Fria gestou uma noção de segurança nacional no coração da política externa estadunidense segundo a qual a “manutenção de uma paz sadia requer a solução dos problemas econômicos do mundo [...]” pois imaginava-se que “[...] em praticamente todos os casos os problemas econômicos são a base real das agitações políticas e econômicas.” (Press, 1949, p. 1, tradução nossa). À frente do conselho consultivo do Ponto IV em 1950, Nelson Rockefeller sustentava, de modo semelhante, a noção de que dinamizar as economias dos países “subdesenvolvidos”, aumentar a produção, melhorar os seus níveis de vida e fomentar esperança em um futuro pela via capitalista nos moldes da democracia liberal estadunidense “deve ser considerada uma parte vital da nossa própria mobilização de defesa” (International Development Advisory Board, 1951, p. 1, tradução nossa).

À revelia desse discurso humanitário, enquanto o auxílio técnico ligado ao capital privado ia se expandindo no hemisfério, tensões se acumulavam nas relações EUA-América Latina devido a posturas evasivas de Washington e às insatisfações latino-americanas com a cooperação continental do pós-guerra. Após a vitória contra o Eixo, o protagonismo latino-americano nos debates das Conferências de Bretton Woods - relacionados à inclusão do problema do desenvolvimento de países periféricos na agenda multilateral do novo sistema econômico internacional inaugurado pela criação do Banco Mundial e do FMI - havia gerado um clima de otimismo na América Latina (Pettinà, 2018). Entretanto, as conferências interamericanas ocorridas em Chapultepec (1945), no Rio de Janeiro (1947) e em Bogotá (1948) logo mostraram que o hemisfério não ocuparia a posição que desejava na Nova Ordem Mundial que se desenhava.

Em todos esses fóruns regionais, nos quais as relações de cooperação entre Estados Unidos e países latino-americanos do período da Guerra Fria foram desenhadas, ficou notória a prioridade estadunidense de criar um sistema de segurança coletiva no hemisfério à revelia das pautas relativas à cooperação econômica. O fornecimento de apoio econômico à América Latina, sinalizado durante a guerra, e o compromisso com o desenvolvimento das periferias mundiais firmado em Bretton Woods, logo foram

esvaziados e promessas foram quebradas. De acordo com Mark T. Gilderhus (2000), Washington concebia os governos da região como aliados políticos e militares importantes, mas como parceiros secundários no que diz respeito aos demais interesses de política externa. Desse modo, encorajou “ordem” e estabilidade nos países da América Latina e financiou elites conservadoras que haviam passado por derrotas políticas recentes, tornando-as aptas a resistir às mobilizações por reformas sociais, mas não se comprometeu com qualquer programa de auxílio econômico ao desenvolvimento da região (Gilderhus, 2000).

Aos persistentes pedidos de auxílio econômico e mesmo de uma espécie de Plano Marshall para a América Latina, Truman esquivava-se, enfatizava o caráter de maior urgência das realidades europeia e asiática, e transferia às repúblicas latino-americanas a responsabilidade de assumir compromisso com a estabilidade política doméstica e continental, e de criar condições atrativas para o capital privado estadunidense (Gilderhus, 2000). Na Conferência do Rio de Janeiro (1947) e na de Bogotá (1948), nas quais, respectivamente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi assinado e a Organização dos Estados Americanos (1948) foi criada, esboçou-se a formação de um bloco regional que aproximasse as Américas. Contudo, a ênfase estadunidense dessa aproximação repousava majoritariamente em propósitos de segurança. Para Gerson Moura (2012), o esforço de criação de um sistema de segurança interamericano era justificado pelo pretexto de uma ameaça comunista externa, mas o real intento dos EUA era assegurar a hegemonia estadunidense antes que a ONU interferisse em questões do continente. Nesse sentido, é possível dizer que havia, de fato, uma atualização da Doutrina Monroe e de sua premissa controvertida de “América para os americanos”. Assim, a retórica da solidariedade hemisférica entre os altos oficiais de Washington na conjuntura da Guerra Fria, esteve voltada para a formação de uma frente anticomunista, na qual o panamericanismo se tornou sinônimo de um pacto antissoviético (Moura, 2012).

Segundo Vanni Pettinà (2018), à época da gênese da Guerra Fria, a América Latina passava por um heterogêneo processo de ampliação dos perímetros políticos e sociais iniciado desde a crise de 1929. Um processo de diversificação econômica estava em curso e a criação de um setor industrial mais robusto estava no horizonte de grande parte dos países latino-americanos, o que vinha fortalecendo os setores urbanos e, com eles, demandas por reformas sociais foram se avolumando e sendo reivindicadas. Entretanto, no âmbito externo, Washington abandonou o papel mais ou menos conciliatório

em relação aos processos de transformação social de países do hemisfério dos anos de 1930 e 1940. No pós-guerra, assumiu posturas mais antagônicas às tendências reformistas da região sob a retórica anticomunista e, diante das aspirações liberais pela livre circulação mundial de dólares, as elites conservadoras latino-americanas encontraram no agravamento das tensões entre EUA e URSS uma oportunidade de recuperar seu protagonismo e frear processos de democratização e ampliação de direitos sociais (Pettinà, 2018).

Esse cenário gerou um clima de polarização nos contextos nacionais latino-americanos, no qual as pautas anticomunistas e antinacionalistas foram amplamente apoiadas pelos EUA. Contudo, embora raivosos discursos anticomunistas estampassem as páginas da imprensa e estivessem presentes no debate político latino-americano em geral, o que de fato vinha sendo disputado com mais afinco entre as forças políticas domésticas antagônicas do início dos anos de 1950 não era o (não) alinhamento à União Soviética, mas os caminhos para o desenvolvimento econômico e para a modernização. Isso era o que estava em jogo na Guerra Fria latino-americana.

O que mobilizava o debate político na América Latina naquele momento eram as pautas da relação com o capital estrangeiro, dos recursos para obras públicas, da proteção às indústrias nacionais, do caráter agrário-exportador da maioria dos países da região, da carestia e dos preocupantes índices socioeconômicos (Damasceno, 2016). Portanto, nas conferências interamericanas ou nas negociações bilaterais das repúblicas latino-americanas com os Estados Unidos, era perceptível um descompasso na tônica dos temas abordados. Às nações latino-americanas interessava muito mais viabilizar o impulsionamento de suas economias, que a disputa geopolítica com o modelo soviético. Esse desalinho, era sentido pelos estadunidenses e, em diferentes níveis, foi-se compreendendo que talvez a melhor forma de dialogar com latino-americanos e promover algum tipo de alinhamento político e militar, sem recorrer às antigas intervenções armadas ou coerções mais violentas de Washington no subcontinente, era “falando a língua” das promessas de desenvolvimento.

Um documento produzido pelo *National Security Council* em março de 1953, aprofundava esse raciocínio. Ao tratar com preocupação das tendências nacionalistas dos regimes da América Latina, do forte apelo das demandas por aumento no nível dos padrões de vida entre setores populares das sociedades latino-americanas e das pressões domésticas por aumento de produção, o documento sugeria que era preciso que

os EUA oferecessem um *approach* realista e compreensivo para esses problemas de modo a evitar que regimes “mais radicais” se aproveitassem delas (Statement, 1953).

Uma vez que se entendia que “O crescimento do nacionalismo era facilitado pelo preconceito histórico anti-EUA e explorado pelos comunistas” (Statement, 1953, p. 6, tradução nossa), fazia-se necessário produzir uma legitimidade que credibilizasse os Estados Unidos a apontar soluções para esses problemas. Nesse sentido, uma forma de alinhar as demandas da América Latina aos interesses dos EUA era intervir em questões domésticas enfraquecendo propostas nacionalistas ou de esquerda e provando que a alternativa capitalista liberal estadunidense era o meio mais eficaz de superar o “subdesenvolvimento” e de atender às demandas das populações.

Nesse mesmo documento, foram listados objetivos para a política externa voltada à América Latina. A maior parte deles dialogava direta ou indiretamente com as políticas de auxílio técnico, como por exemplo: promover de forma “ordeira” o desenvolvimento político e econômico do subcontinente; garantir solidariedade no hemisfério às políticas mundiais dos EUA, na ONU e em outras organizações; encorajar o “desenvolvimento de lideranças trabalhistas responsáveis, democráticas na América Latina capazes de tirar essa iniciativa dos comunistas de outros movimentos trabalhistas anti-EUA”; “Continuar o programa de assistência técnica para a área, mas criando projetos individuais dentro da capacidade particular de cada país interessado”; e promover a produção adequada e o acesso estadunidense a matérias-primas essenciais para a segurança dos Estados Unidos (Statement, 1953, p. 8, tradução nossa).

Um exemplo elucidativo da relação entre projetos de auxílio técnico e objetivos de segurança nacional de Washington é a implementação do *Import Certificate and Delivery Verification System* (ICDV). O ICDV foi um sistema de controle de exportação de *commodities* feito para garantir que as *commodities* aprovadas para exportação a um determinado país, fossem recebidas por esse país. O sistema que, supostamente fazia parte de um compartilhamento técnico de *know-how* para tornar mais eficientes as exportações latino-americanas, servia para controlar exportações “não autorizadas” para o bloco soviético. Inclusive, era o próprio *Foreign Operations Administration* (FOA), uma das agências responsáveis pelo Ponto IV, que realizava essa “supervisão” de envio de materiais estratégicos latino-americanos (The Secretary, 1952, p. 42, tradução nossa).

Esse mecanismo de controle, cuja expansão para a América Latina foi negociada em 1953 ocorreu em um período em que, devido à queda dos preços internacionais das matérias-primas, haviam aumentado as pressões latino-americanas para a retomada do

comércio com a Europa Oriental. No fim de 1953, o NSC enfatizava a importância do ICDV registrando que o minério de ferro tinha sido exportado do Brasil para a Polônia por meio de acordo bilateral e que um tratado entre Brasil e Tchecoslováquia que autorizaria o envio deste mesmo mineral num volume anual de 2 milhões de dólares, estava pronto para ser assinado. Outra forma de controle de exportação de materiais estratégicos reportada foi o envio de maquinário para a Companhia Vale do Rio Doce em troca de garantias da empresa, que era a maior fonte de minério de ferro do Brasil, de que seu fornecimento estaria reservado a países capitalistas (Memorandum, 1953).

Aliás, vale ressaltar que para as agências do Ponto IV, a América Latina era considerada uma fonte indispensável de matérias-primas vitais, que incluíam tanto minerais críticos para a guerra (a Guerra Fria?), quanto suprimentos alimentares. Segundo um relatório do conselho consultivo do programa, cerca de 30 dos 77 itens na lista de materiais estratégicos dos EUA eram importados da região. Ademais, parte substancial das importações de duas matérias-primas básicas, petróleo e minério de ferro, eram de procedência latino-americana (International Development Advisory Board, 1954).

Já no campo das exportações, a América Latina era o maior mercado para os produtos dos EUA. No início dos anos de 1950, os EUA exportaram para a América Latina 27% de sua maquinaria industrial, 33% de maquinaria elétrica, 52% da sua produção de ônibus e caminhões e 35% de produtos químicos e afins. Não por acaso, a importação de todos os produtos manufaturados dessa lista era necessária para a viabilização de algum tipo de projeto de auxílio técnico em andamento. Pois, como uma espécie de “efeito colateral” do auxílio técnico prestado, a compra de produtos estadunidenses era recomendada como um meio de alcançar os objetivos pretendidos com os projetos.

Além de mecanismos diretos de intervenção na exportação latino-americana de matérias-primas, programas de treinamento de mão-de-obra especializada também eram considerados uma questão de segurança nacional. Em um relatório do NSC, de setembro de 1954, na sessão dedicada a recomendações para promover a estabilidade política e o desenvolvimento econômico dos países da América Latina, lia-se a orientação de “aumentar o treinamento especializado de latino-americanos nos Estados Unidos em finanças, trabalho, gestão, agricultura, negócios e outros campos especializados.” (Statement, 1954, p. 83, tradução nossa). Sob a perspectiva da segurança nacional, entendia-se que esse tipo de auxílio não só desempenhava uma função pedagógica e formativa de profissionais alinhados à lógica de produção e trabalho do bloco capitalista,

mas também era uma maneira de capacitar a mão-de-obra latino-americana para perpetuar projetos de auxílio iniciados na região.

Considerações finais

À luz da discussão apresentada é possível constatar de maneira concreta a assertiva geral de que a disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento e interpretações de modernidade esteve no cerne das dinâmicas de poder próprias da Guerra Fria. Ao adotarmos uma lente de análise que extrapola os episódios de crise e acessa dimensões silenciosas do conflito global entre capitalismo e comunismo, é possível tensionar não apenas marcos temporais mas também aquilo que define a participação de regiões periféricas na Guerra Fria. Assim, à guisa de conclusão, retomamos a pergunta: quando começa a Guerra Fria na América Latina?

Como visto, dificilmente encontraremos a resposta para esse questionamento em algum evento ou data precisa. A complexidade dessa questão se desvela ao concebermos este conflito global como uma rede de relações na qual uma noção ampliada de segurança nacional de Washington pautou intervenções coordenadas nos processos latino-americanos de industrialização, urbanização e desenvolvimento. Em um período em que o pós-guerra conferiu às superpotências maior apelo ideológico e mais recursos políticos e econômicos de intervenção sistemática na região, a antiga agenda estadunidense de construção de hegemonia sobre o hemisfério foi atualizada sob os ventos da Guerra Fria. Conforme é possível constatar no estudo dos programas estadunidenses de auxílio técnico – um campo de análise ainda insuficientemente explorado –, a Doutrina Monroe da Guerra Fria estava interessada em minar o apelo do comunismo, garantir acesso a matérias-primas estratégicas, impulsionar os mercados estadunidenses na região e brejar o avanço de projetos nacionalistas e de resistência às intervenções dos EUA.

Nessa perspectiva, os programas de auxílio técnico eram concebidos como dispositivos para dialogar com as demandas por desenvolvimento nos países latino-americanos e dar um contragolpe no neutralismo ou no alinhamento ao comunismo. Para o historiador Thomas G. Paterson, os programas de assistência técnica de Truman foram uma legítima ferramenta de Guerra Fria para a região, na medida em que se constituiu em “uma forma barata e efetiva de cortejar essas nações emergentes para o campo

americano”, ao passo que “os Estados Unidos continuavam a construir um escudo militar e econômico em torno da Europa Ocidental” (Paterson, 1988, p. 148, tradução nossa).

Referências

- Ayerbe, L. F. (2002). *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. Editora UNESP.
- Bethell, L., & Roxborough, I. (1991). From the Second World War to the Cold War: 1944–1954. In A. F. Lowenthal (Ed.), *Exporting democracy: The United States and Latin America – Themes and issues*. The John Hopkins University Press.
- Brands, H. (2010). *Latin America’s cold war*. Harvard University Press.
- Bueno, C. (2003). Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826–2003). *Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG.
- Calandra, B., & Franco, M. (Orgs.). (2012). *La guerra fría cultural en América Latina*. Biblos.
- Cancelli, E., Mesquista, G., & Chaves, W. (2020). *Guerra Fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes*. Alameda.
- Cattai, J. B. P. (2011). *O estandarte silencioso: a United States Information Agency na mídia impressa no Brasil – Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, 1953–1964* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Connelly, M. (2000). Taking off the Cold War lens: Visions of North–South conflict during the Algerian War for Independence. *The American Historical Review*, 105(3), 739–769.
- Damasceno, N. A. (2016). *Relações Brasil-EUA no Segundo Governo Vargas: a construção de um imaginário político nas páginas do jornal Última Hora* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.
- Ekbladh, D. (2010). *The great American mission: Modernization and the construction of an American world order*. Princeton University Press.
- Erb, C. C. (1985). Prelude to Point Four: The Institute of Inter-American Affairs. *Diplomatic History*, 9(3), 249–269.
- Feres Júnior, J. (2023). *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos: da linguagem comum ao discurso das ciências sociais* (2. ed.). Contracorrente.
- Garrard-Burnett, V., Lawrence, M. A., & Moreno, J. E. (Eds.). (2013). *Beyond the Eagle’s Shadow: New histories of Latin America’s Cold War*. University of New Mexico Press.

- Gilderhus, M. T. (2000). *The second century: U.S.-Latin American relations since 1889*. Scholarly Resources.
- Grandin, G. (2004). *The last colonial massacre: Latin America in the Cold War*. University of Chicago Press.
- International Development Advisory Board. (1954). *An economic program for the Americas*. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924013757848>
- International Development Advisory Board. (1951). *Partners in progress. A report to President Truman by the International Development Advisory Board*. Government Printing Office; Simons and Schuster.
- Joseph, G. M., Legrande, C. C., & Salvatore, R. D. (1998). *Close encounter of empire: Writing the cultural history of US–Latin American relations*. Duke University Press.
- Leffler, M. P., & Painter, D. S. (Eds.). (1994). *Origins of the Cold War: An international history*. Routledge.
- Mayimí-Sugrañes, H. J. (2017). Cold warriors: Advancing the library modernizing model in Latin America. *Investigación Bibliotecológica*, 31(72), 183–207.
- Memorandum by the Under Secretary of State (Smith) to the Executive Secretary of the National Security Council (Lay). (1953, November 20). In N. S. Kane, W. F. Sanford Jr., & W. Z. Slany (Eds.), *Foreign Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics* (Vol. IV, Document 05). Government Printing Office.
- Mignolo, W. D. (2005). *The idea of Latin America*. Blackwell.
- Moura, G. (2012). *Relações exteriores do Brasil: 1939–1950. Mudanças na natureza das relações Brasil–Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Munhoz, S. J., & Silva, F. C. T. da (Orgs.). (2010). *Relações Brasil–Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Eduem.
- Parmar, I. (2012). *Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller foundations in the rise of American power*. Columbia University Press.
- Paterson, T. G. (1988). *Meeting the Communist threat: Truman to Reagan*. Oxford University Press.
- Pettinà, V. (2018). *La historia mínima de la Guerra Fria en América Latina*. El Colegio de Mexico.
- Press release, speech by John R. Steelman before the National Electrical Contractors Association Convention. (1949). *The Point Four Program*. Lloyd Files. The Harry S. Truman Library. <https://www.trumanlibrary.gov/library/research-files/press-release-speech-john-r-steelman-national-electrical-contractors>
- Rolim, T. T. L. (2012). *Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e do Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945–1960* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense.

- Santomauro, F. (2015). *A United States Information Agency e sua ação no Brasil de 1953 a 1964* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Schoultz, L. (2018). *In their own best interest: A history of the U.S. efforts to improve Latin Americans*. Harvard University Press.
- Silva, C. M. da. (2013). Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946–1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 20(4), 1695–1711.
- Smith, J. (2005). Cold War politics (1945–74). In *The United States and Latin America: A history of American diplomacy 1776–2000* (pp. 111–140). Taylor & Francis Group.
- Statement of Policy by the National Security Council. (1953, March 18). In N. S. Kane, W. F. Sanford Jr., & W. Z. Slany (Eds.), *Foreign Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics* (Vol. IV, Document 03). Government Printing Office.
- Statement of Policy by the National Security Council. (1954, September 3). In N. S. Kane, W. F. Sanford Jr., & W. Z. Slany (Eds.), *Foreign Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics* (Vol. IV, Document 12). Government Printing Office.
- Tenorio-Trillo, M. (2017). *The allure and power of an idea*. University of Chicago Press.
- The Institute of Inter-American Affairs. (1949). *The program of the Institute of Inter-American Affairs*. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=txu.059173018570342>
- The Secretary to certain diplomatic offices. (1952, April 16). In N. S. Kane, W. F. Sanford Jr., & W. Z. Slany (Eds.), *Foreign Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics* (Vol. IV, Document 03). Government Printing Office.
- Tristán, E. R. (2012). Estados Unidos y América Latina durante la Guerra Fría: la dimensión cultural. In B. Calandra & M. Franco (Orgs.), *La guerra fría cultural en América Latina*. Biblos.
- Valim, A. B. (2017). *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da política da Boa Vizinhança durante a Segunda Guerra Mundial*. Alameda.
- Vargas, I. Q. (2012). Los orígenes de la presencia cultural de Estados Unidos en Centroamérica: fundamentos ideológicos y usos políticos del debate sobre los trópicos (1900–1940). In B. Calandra & M. Franco (Orgs.), *La guerra fría cultural en América Latina*. Biblos.
- Westad, O. A. (2005). *The global Cold War: Third World interventions and the making of our times*. Cambridge University Press.
- White, J. W. (1952). *We're building a better hemisphere* (No. 10). The Institute of Inter-American Affairs; Technical Cooperation Administration.

NOTAS

AUTORIA

Natália Abreu Damasceno: doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de História, São Cristóvão, SE, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Endereço para correspondência indicando Rua Salvelina dos Santos, 189, 49.030.810, Aracaju, SE, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese de pesquisa – O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Márcio Voigt e ao meu coorientador Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz pelas indicações, sugestões e pelas muitas contribuições feitas à pesquisa que originou esse artigo. Além disso, agradeço à Capes pelo financiamento da pesquisa ao longo dos anos do doutorado.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: N. A. Damasceno

Coleta de dados: N. A. Damasceno

Análise de dados: N. A. Damasceno

Discussão dos resultados: N. A. Damasceno

Revisão e aprovação: N. A. Damasceno

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi financiada por uma bolsa Capes entre os anos de 2018 e 2022.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

©Natália Abreu Damasceno. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Buski Valim, Daniela Capri, Flávia Florentino Varella.

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 09 de outubro de 2025

Como citar: DAMASCENO, Natália Abreu. Quando começa a Guerra Fria na América Latina?: um olhar a partir dos programas estadunidenses de auxílio técnico. Esboços: histórias em contextos globais, p. 1–25, 2025.

